



1865 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

Política do PROEJA: avanços e retrocessos na visão de gestores de um Campus do Instituto Federal Farroupilha
Marcos José Andrighetto - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
Mariglei Severo Maraschin - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este artigo busca compreender a visão de gestores de um *Campus* do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) acerca da política do PROEJA, seus avanços e retrocessos. A pesquisa foi realizada com a maioria dos diretores gerais de um dos *Campi* daquela instituição, que de forma voluntária responderam a questões estruturadas em uma entrevista aos autores, cujo objetivo foi observar o envolvimento da gestão da unidade com a política do PROEJA, o trabalho pedagógico desta política, a participação da classe trabalhadora, os avanços, os retrocessos e as perspectivas para o PROEJA. A metodologia baseou-se em uma pesquisa qualitativa de análise de conteúdo que permitiu observar à que medida os gestores gerais da unidade estudada se envolvem com a política do PROEJA.

Palavras-chave: Gestão; Políticas públicas; PROEJA; Trabalho pedagógico

Política do PROEJA: avanços e retrocessos na visão de gestores de um *Campus* do Instituto Federal Farroupilha

Resumo

Este artigo busca compreender a visão de gestores de um *Campus* do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) acerca da política do PROEJA, seus avanços e retrocessos. A pesquisa foi realizada com a maioria dos diretores gerais de um dos *Campi* daquela instituição, que de forma voluntária responderam a questões estruturadas em uma entrevista aos autores, cujo objetivo foi observar o envolvimento da gestão da unidade com a política do PROEJA, o trabalho pedagógico desta política, a participação da classe trabalhadora, os avanços, os retrocessos e as perspectivas para o PROEJA. A metodologia baseou-se em uma pesquisa qualitativa de análise de conteúdo que permitiu observar à que medida os gestores gerais da unidade estudada se envolvem com a política do PROEJA.

Palavras-chave: Gestão; Políticas públicas; PROEJA; Trabalho pedagógico

Introdução

O Brasil tem sua trajetória educacional marcada por políticas públicas descontinuadas fazendo com que boa parte da população seja excluída do processo formativo no “tempo certo”. Os motivos causadores dessa exclusão são diversos, sejam de ordem pessoal, financeira, familiar ou institucional, fazendo com que uma expressiva parcela da população acabe à margem da sociedade, na esperança de políticas públicas capazes de restabelecer sua dignidade e convívio social.

Em uma sociedade capitalista na qual os trabalhadores necessitam dedicar boa parte do seu tempo e esforço para garantia do próprio sustento, quase nunca conseguem permanecer na escola até adquirir formação e, somente depois, ingressar no mundo do trabalho. Nessas condições, estudar torna-se um privilégio para poucos e a maioria é “forçada” abandonar a escola para começar a trabalhar logo cedo, deixando em segundo plano a conclusão formativa que fica incompleta e deficitária. Para tentar minimizar essas desigualdades, alguns governos buscam implementar políticas públicas voltadas aos excluídos do processo educacional. Uma dessas políticas é a da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem sua história marcada no cenário nacional com avanços, paradas e até retrocessos, conforme o período histórico.

Pode-se dizer que a EJA começou a ganhar maior destaque no cenário educacional brasileiro a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que garantiu direito a educação para todos. Seguida da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996 e suas alterações^[1], os Fóruns de EJA, as lutas de classe e sindicatos que culminaram com o reconhecimento e a presença da EJA em uma Lei nacional, que por característica produz impactos nas Leis Estaduais, Distrital e Municipais, as quais tendem acompanhar seus efeitos. Todo esse conjunto possibilitou a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Para reforçar a importância dada esta modalidade de educação, o governo federal sancionou a Lei 11.892/2008, a qual, além de criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), também assegurou o mínimo de 10% (dez por cento) das suas vagas para os estudantes da EJA. Nesse sentido, busca-se compreender como esse movimento é visto pelos diretores gerais de um *Campus* do IFFar e, para tanto, alguns questionamentos se fazem necessários como: Qual o envolvimento e análise dos gestores de instituições criadas pela Lei 11.892 acerca desta política? A classe trabalhadora tem participação nas decisões da política do PROEJA? Qual a concepção dos gestores sobre o trabalho pedagógico do PROEJA? Quais os avanços e os retrocessos desta política educacional? Quais as perspectivas dos gestores? Na tentativa de responder a estas e outras questões, escolhemos um dos onze *Campi* do Instituto Federal Farroupilha para desenvolver o estudo que deu origem às reflexões aqui expressas. O *Campus* escolhido é o quarto mais antigo do IFFar e deu início às suas atividades no ano de 2007, ofertando já naquele ano, a primeira turma de PROEJA: Técnico em Comércio.

A metodologia utilizada neste estudo partiu da entrevista com alguns diretores gerais do *Campus* escolhido, com questões estruturadas, as quais originaram quatro categorias, a saber: envolvimento e análise da gestão; trabalho pedagógico e participação da classe trabalhadora; avanços e retrocessos da política do PROEJA e perspectivas. Da categorização passou-se à análise de conteúdo que dá sustentação ao trabalho desenvolvido. Os sujeitos da pesquisa possuem formação em áreas diversas, um deles é formado em ciências contábeis - bacharelado, outro em física - licenciatura e o outro em administração - bacharelado, sendo que os dois primeiros possuem, ainda, especialização, mestrado e doutorado na área e o último especialização em gestão de pessoas.

Para tanto o trabalho está organizado em quatro seções que visam abordar cada uma das categorias anteriormente relacionadas. A primeira delas aborda: Política do PROEJA: envolvimento e análise da Gestão; a segunda: Trabalho Pedagógico no PROEJA e a participação da classe trabalhadora: a percepção de gestores; a terceira: Avanços e retrocessos na política do PROEJA; e, a quarta: Perspectivas da política de EJA.

1 Política do PROEJA: envolvimento e análise da Gestão

Sendo um dos integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica criada pela Lei 11892, de 29 de dezembro de 2008, os IF devem ofertar educação superior, básica e profissional, conforme se pode observar no caput do artigo 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

Nesse sentido, os IF tornam-se distintos das demais instituições educacionais uma vez que, compõe-se de estudantes de diferentes níveis de ensino buscando desenvolver uma formação integral e verticalizada, na perspectiva de agregar conhecimento geral e técnico com o aumento da escolaridade e a preparação para o desenvolvimento do convívio social. Neste contexto de formação integral dos sujeitos, que articula a educação profissional com a EJA, buscou-se compreender qual o envolvimento dos gestores com a política do PROEJA:

O meu envolvimento com a política do proeja foi em parte como gestor no período em que eu estava diretor-geral do Campus e em parte também como professor do curso do proeja no mesmo Campus. (Gestor 1)

Minha formação é um cargo mais técnico, nunca houve um envolvimento mais direto com as políticas do PROEJA em si, voltadas a parte pedagógica. Na condição de diretora-geral a gente procurou se aproximar um pouquinho mais, se interar um pouquinho mais das questões pedagógicas. E o envolvimento se deu a partir do momento em que a gente assume a direção do Campus no sentido de apoiar todas as ações que são propostas e que são voltadas a esse tipo de público. (Gestor 2)

Nós na época pegamos o curso já em andamento, praticamente assim, uma análise final do curso também e que já quase que saturado pelo entendimento da comunidade acadêmica e os próprios alunos. Já pensando em uma reestruturação da oferta, entendendo que o curso de comércio não estava atendendo as necessidades e as demandas dos alunos e da região. (Gestor 3)

Como se pode perceber nesta parte da conversa, apesar dos entrevistados por determinado período responderem pela direção geral de uma instituição, cujas especificidades legais de atuação se baseiam na formação integral dos sujeitos, com percentual mínimo e obrigatório de reservas de vagas para estudantes do PROEJA, seu envolvimento com a política não é estreito, em alguns casos até superficial e distante.

Em outro ponto da investigação buscou-se entender qual à análise da política do PROEJA era feita pela gestão da unidade estudada. As respostas demonstraram a percepção dos gestores como:

Na minha opinião a política do PROEJA é uma política correta, é muito importante pois permite que os jovens e adultos que não conseguiram ter a sua formação no período normal possam concluir a formação e, principalmente, dentro dos institutos porque tem a vinculação profissional, permite a esse jovem e a esse adulto já completarem a sua formação e também ter uma formação profissional e tecnológica. (Gestor 1)

Acredito que se avançou muito já nas discussões, mas que tem discussões que ainda precisam ser trabalhadas para melhorar o processo fazendo com que esse público permaneça efetivamente buscando qualificação e se aprimorando, se qualificando, para se colocar no mercado de trabalho como deveria. E aí tem fatores que interferem, levando em consideração a vida pessoal que têm a organização familiar, a estrutura, muitos não conseguem participar de todas as atividades, não conseguem conciliar, principalmente a mulher estudante que ela tem a questão da casa, aquele conceito ainda mais machistas, da mulher dar conta e ela assume esse papel. (Gestor 2)

Acho que o PROEJA é uma política fantástica. Eu acho assim que é fundamental, principalmente em uma análise que nós temos para a nossa região, nós temos muitos jovens e adultos que não tem formação alguma. O grande desafio é como trazer esse pessoal para sala de aula? Trazer e depois fazer com que eles possam permanecer e sentir o gosto pela qualidade dos estudos, mas, enquanto política governamental eu acho que deveria ser mais incentivada. Nós teríamos que ter metodologias mais apropriadas para o PROEJA também e flexibilidade maior. (Gestor 3)

Pelo exposto, a análise da política feita pelos gestores denota a importância que todos atribuem a ela e evidencia-se a necessidade de repensar os currículos de maneira a propiciar certa flexibilidade, vindo ao encontro das necessidades do público alvo. Mesmo entendimento que assevera Vieira Pinto (2010, p. 27):

Em primeiro lugar, a educação, como temos mostrado, não deve se reduzir à transmissão escolar dos conhecimentos. Em segundo lugar, o conteúdo da educação não está constituído somente pela "matéria" do ensino, por aquilo que se ensina, mas incorpora a totalidade das condições objetivas que concretamente pertencem ao ato educacional: assim, são parte do conteúdo da educação: o professor, o aluno, ambos com todas suas condições sociais e pessoais, as instalações da escola, os livros e materiais didáticos, as condições locais da escola, etc. [...] Em terceiro lugar, o conteúdo da educação está submetido ao processo em que ela consiste, não se pode considerá-lo como um volume estático, delimitado de conhecimentos como se fora uma carga a ser transportada de um lugar a outro, porém é algo dinâmico, é fundamentalmente histórico por isso não tem contornos definidos, é variável, não se repete e só se realiza parcialmente em cada ato educativo pois cada aluno absorve diferentemente a matéria de ensino distribuída à classe comum. Em quarto lugar, o conteúdo não pode ser considerado desligado da forma.

Complementa o autor dizendo que "o conteúdo da educação — tal como a forma —, tem caráter eminentemente social e, portanto, histórico. É definido para cada fase e para cada situação da evolução de uma comunidade. Por conseguinte, deve atender primordialmente aos interesses da sociedade" (VIEIRA PINTO, 2010, p. 28).

Contudo, durante as entrevistas foi possível perceber que os gestores têm consciência de que um currículo "padrão", pensado para o público do ensino médio em "tempo certo", onde a maioria é jovem, sem preocupação ocupacional ou familiar, com maior tempo para dedicação aos estudos não contempla o público da EJA, que em sua maioria são trabalhadores, donas de casa, chefes de família e não dispõem do mesmo tempo livre dos jovens.

2 Trabalho Pedagógico no PROEJA e a participação da classe trabalhadora: a percepção de gestores

Antes de buscar compreender a percepção de gestores sobre a categoria Trabalho Pedagógico – TP se faz necessário esclarecer alguns pontos, sem, no entanto, pretender-se aqui aprofundar o conceito dessa categoria a qual, segundo Ferreira (2018), muitas vezes é confundida ou tratada sinonimamente com as expressões "trabalho docente, trabalho pedagógico e trabalho dos professores" (p. 592). Assim, depreende-se do estudo realizado por Ferreira (2018) *Trabalho pedagógico na escola: o que se fala?*, que a categoria TP vai muito além do trabalho docente, do trabalho dos professores, da produção do conhecimento em sala de aula, dos estudantes ou do projeto pedagógico institucional. Não só perpassa por todos esses sujeitos, como também, está na estreita relação entre a práxis docente, a gestão institucional, o trabalho imaterial, enfim, considera a totalidade e não apenas a escola onde "[...] majoritariamente acontece esse trabalho" (p. 599).

Diante deste universo se faz necessário olhar com deferência para um dos sujeitos do TP no PROEJA, o trabalhador-estudante, que tem sua perspectiva formativa definida pelo Documento Base do PROEJA (2007), o qual prevê a formação integral do sujeito, ou seja, não apenas ofertar educação para o mundo do trabalho, mas, também, articular aumento de escolaridade e o convívio social, com vistas a uma formação integral e emancipatória, garantindo aos cidadãos: [...] "independente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito a aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres" (BRASIL, 2007, p. 34).

Portanto, para que a educação seja integral, emancipatória, omnilateral, politécnica e, de fato, atenda, aos anseios dos estudantes-trabalhadores é preciso que o TP seja desenvolvido em todos os aspectos e níveis, aguçando-nos perguntar a concepção dos gestores a esse respeito.

O trabalho pedagógico realizado no Campus, durante a minha gestão, tem características peculiares devido ao tipo de curso que nós tínhamos. Ao fato da instituição ser uma instituição nova, o Campus ainda em implantação e estar inserido em uma comunidade que pode ser caracterizada como pequena, uma vez que a população da cidade era uma população baixa. Então as dificuldades eram, sobretudo, de conseguir criar essa infraestrutura no Campus e, também, de atrair uma quantidade suficiente de candidatos, de inscritos pra participar do Proeja. Part: [...] havia certamente muitas dificuldades pedagógicas a serem enfrentadas. (Gestor 1)

Bom, eu não consigo acompanhar em virtude das atividades que são realizadas, as atividades que a gente tem que participar enquanto diretora-geral. Não consigo acompanhar de perto todas essas atividades. Alguns relatos que a coordenação do curso, que a direção de ensino traz e em alguns momentos eu pude participar disso a gente tem que repensar enquanto instituição. Eles não conseguem cumprir com tudo aquilo que é proposto e há uma certa flexibilização das atividades, no desenvolvimento das atividades pedagógicas, por entender das dificuldades que eles enfrentam. (Gestor 2)

É, na minha gestão nós pegamos o projeto pedagógico pronto, o curso estava em andamento em termos de projeto e como eu também já comentei que ele estava indo, assim, num momento de finalização desse projeto pedagógico. Nós não tivemos muita atuação em relação ao projeto, em estruturação de projeto e coisa, mais era nesse sentido de tentar motivar esse pessoal, procurar algumas metodologias alternativas, de fazer conversas, discussões com os colegas que atuavam no curso, com a coordenação. (Gestor 3)

Denota-se nas manifestações dos entrevistados que não há uma clareza sobre a categoria TP, uma vez que, para a maioria deles, se confundem os significados de trabalho pedagógico, projeto pedagógico e prática pedagógica, as quais apesar de estarem imbricadas no TP são categorias distintas entre si. Reforçando assim os estudos realizados por Ferreira (2018).

Da mesma forma, investigou-se a percepção dos gestores quanto à participação da classe trabalhadora nas discussões dos cursos PROEJA. Neste ponto, a intenção dos autores foi observar se os estudantes da EJA tinham efetivamente participação nas decisões da política. Sobre esse aspecto disseram:

A participação da classe trabalhadora era certamente muito incipiente. Na região não havia ainda essa tradição de haver uma formação profissional de Jovens e Adultos em cursos montados por instituições na região. Como essa instituição era nova, essa questão ainda

estava no começo, ainda havia uma discussão muito incipiente sobre essa participação, quer dizer, os trabalhadores da região não estavam acostumados a opinar e a muito menos a participarem de cursos de formação profissional. (Gestor 1, grifo nosso)

Enquanto construção do projeto pedagógico do curso, de criação do curso, não há uma participação pelo modelo de regulamento institucional que existe. Então nessa etapa, esse público não participar da discussão. Talvez isso tenha que ser repensado. Part: [...] o momento que estamos vivendo hoje na instituição é propício para isso. E estamos trabalhando no processo de elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, de fazer essa discussão, que olhar esse público tem? O que esse público gostaria que tivesse à disposição deles para buscar qualificação? Será que é esse curso que nós temos? Part: (continuação) É essa formação que eles querem? Será que não tem que pensar um curso em outra área? Em outro eixo? Eu acho que o momento de ouvir eles deve ser dado agora durante o PDI, porque em outro momento, que é o da criação do curso, que é o da elaboração do projeto pedagógico, a organização da instituição não permite a participação deles. (Gestor 2, grifos nosso)

Eu acho que essa participação, pela experiência que eu tive aqui, ela é muito pequena, infelizmente. Eu acho que deveria existir, realmente, deveria se ter uma participação maior porque basicamente os alunos que vêm para o PROEJA são oriundos dessa classe aí e na maioria das vezes eles não têm voz na elaboração do projeto. (Gestor 3, grifo nosso)

De acordo como o exposto ficou evidente que praticamente não há participação efetiva da classe trabalhadora nas decisões da política do PROEJA. Ou seja, em uma política voltada aos interesses da referida classe, não é dado a ela o acesso ou a oportunidade de participação em suas decisões, confirmando o que diz Machado (2016, p. 446):

Sei do esforço que os Fóruns de EJA para ter uma representação dos educandos nos seus espaços de mobilização, todavia, até que ponto essa mesma representação não termina por ser figurativa, pois quem conduz as pautas e representa de fato o movimento nas instâncias de decisão não são eles.

Nesse sentido, embora os gestores saibam que a participação da classe trabalhadora nas decisões do PROEJA se dá de maneira tímida e inexpressiva são unânimes em dizer que consideram importante e necessária a garantia de voz desta classe nas decisões da política.

3 Avanços e retrocessos na política do PROEJA

Como referimos no início deste escrito os avanços e retrocessos nas políticas voltadas para Educação de Jovens e Adultos – EJA são frutos de descontínuas concepções governamentais onde o eixo ora está nos sujeitos, ora se desloca aos interesses do capital. Para a abordagem desta seção, o recorte se detém exclusivamente na política do PROEJA integrada a Educação Profissional (EP) que, no ano de 2017, completou uma década de efetivo desenvolvimento no Brasil, período pelo qual se pode observar avanços e retrocessos significativos.

Os avanços na política do PROEJA tiveram início ainda no ano de 2006, quando o Decreto nº 5840 ampliou a oferta inicialmente prevista no de criação do Programa (5478/05). De acordo com Maraschin (2015) tal ampliação foi fruto das intensas lutas por todo o país pelos fóruns de EJA e organizações sociais, possibilitando a esse público o alinhamento da formação profissional com o aumento da escolaridade, possibilitando dessa forma, que o cidadão obtivesse maior oportunidade e alternativas no mundo do trabalho.

Quanto aos retrocessos, estes se acentuaram a partir do ano de 2011, com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) pela Lei nº 12.513. Este Programa veio na contramão da oferta de ensino integral, emancipatório e politécnico desenvolvido nos currículos do PROEJA. Além de oferecer formação mais aligeirada e superficial, recebia consideráveis recursos do Estado, sendo alvo de duras críticas dos intelectuais da área da educação. “[...] grande número de recursos estão indo para iniciativa privada oferecer cursos rápidos e que não vão qualificar em uma perspectiva integral e que possibilite também o aumento da escolaridade corroborando para a denúncia que fizeram muitos intelectuais” (FERREIRA; MARASCHIN, 2017, p. 8-9).

Dois anos mais tarde, em meio a este retrocesso, houve novo período de avanço que derivou da grande pressão e das denúncias feitas pelos intelectuais nos Fóruns de EJA Nacional, fazendo com que o Estado incluísse a EJA ao PRONATEC. Com isso, no ano de 2013 foi lançado o Documento Referência PRONATEC EJA (Lei 12816/13), o qual norteia as ações do Programa em articulação com a EP, com vistas ao aumento da escolaridade alinhada com as políticas e programas em andamento.

Porém pouco mais de três anos depois, novo retrocesso. O atual governo depois de protagonizar um golpe para destituir a presidenta eleita, Dilma Rousseff, congelou o orçamento destinado para educação por um período de vinte anos (EC 95/16). Essa estagnação orçamentária certamente trará reflexos negativos e precarizará toda a EP e, conseqüentemente, a política do PROEJA será afetada ou até mesmo, corre o risco de ser dizimada. Diante disso, buscou-se saber a visão de gestores com relação ao movimento de avanço e retrocesso da política do PROEJA:

Do ponto de vista do pequeno curto espaço de tempo em que eu pude perceber, mesmo nos primeiros anos já houve uma evolução muito grande dessas políticas, buscando a consolidação dos cursos já abertos. Uma política de expansão do número de vagas já dirigidas mais a cursos específicos de cada cidade, de cada região. E vejo que essa política tem produzido resultados. (Gestor 1)

Existe um avanço porque existe a política, isso já é um avanço. Nos últimos 10 anos então se criou essa política que garante a modalidade para esse tipo de público, no entanto, eu penso que isso ainda caminha a passos lentos. Ela precisa ser rediscutida e a gente traz isso então para o Instituto. Os Institutos Federais na sua legislação lá determina o percentual de vagas a ser supridas com esse tipo de público. (Gestor 2)

É difícil avaliar assim avanços, num curto espaço de tempo como foi o nosso caso, mas, o PROEJA tem uma situação, você aprende, você tem que tá aprendendo sempre, tem que tá sempre tentando entender melhor como funciona a turma, como esse aluno vem, a preparação que ele tem, é muito difícil porque é um público que ele traz muitos problemas pessoais, particulares, para sala de aula. Também são pessoas que têm dificuldades no seu dia a dia de

organização, às vezes até familiar. Então o maior trabalho assim, eu digo assim, pegar e pontuar evoluiu nisso? Melhoramos nisso aqui? É difícil porque o projeto que nós tínhamos que nós executamos naquele período era mais de manutenção mesmo do projeto e tentar fortalecer aquela turma ali com ações pontuais, mais nesse sentido. (Gestor 3)

Em suas manifestações todos os gestores reconhecem que houve avanços mesmo que esses não caminhassem no ritmo esperado da política. Observou-se, também, que os gestores, embora não tenham demonstrado uma estreita ligação com a política do PROEJA, têm consciência do público a que se destina e convergem as idéias de que é preciso um olhar diferenciado diante das particularidades de trabalhar com a EJA.

No que tange aos retrocessos, a entrevista revelou que, dos que se sentiam em condições de avaliar, atribuíram com principal fator os cortes de recursos na educação, conforme evidenciam os entrevistados:

Os retrocessos na política do proeja que eu posso analisar assim, do ponto de vista de alguém que não está muito próximo dessa realidade agora, estão ligados, sobretudo, com a redução de investimentos nas instituições que proporcionam esses cursos, que oferecem esses cursos e, certamente, com a retirada de recursos você acaba gerando uma situação de precarização das instituições, dos cursos, da estrutura em geral. Part: Certamente essa política e o trabalho pedagógico sofrem com essa redução de recursos e de investimentos às instituições. (Gestor 1, grifos nosso)

O que eu observo é que a gente vem enfrentando não só na política do PROEJA, todas as políticas voltadas para a educação técnica profissional, uma das principais atualmente é a questão de investimentos orçamentários, que elas financiam, subsidiam o desenvolvimento de ações dentro da instituição. Desde o final de 2014, início de 2015 então houve cortes drásticos no orçamento das instituições e, as instituições, elas estão sendo repensadas, remodeladas, tendo que priorizar algumas ações essenciais de manutenção do funcionamento em detrimento de outras. Part: As Nossas ações estão sendo ceifadas porque com o orçamento atual disponível a gente não consegue desenvolver muitas ações e políticas. (Gestor 2, grifos nosso)

É nessa mesma linha, é difícil. Tanto os avanços como os retrocessos pra mim analisar isso. Como a gente tava no final desse projeto pedagógico, indo para o seu final, o grande desafio era justamente não deixar a coisa cair. De motivar aqueles alunos que estavam ali, ainda mostrar que o curso era importante aquele curso. Part: [...] mas em termos de retrocesso assim é difícil eu avaliar. (Gestor 3)

As manifestações apontam que a preocupação dos gestores está voltada para os reflexos que serão sentidos na educação com as restrições impostas pela aprovação da Emenda Constitucional 95/2016. Importante destacar também, que outra alteração recente, igualmente preocupa os estudiosos da área da educação. A aprovação da Lei 13.415/2017, que alterou dispositivos da LDB em relação ao ensino médio e nesse sentido Ramos (2017) alerta: "Os desafios a serem enfrentados, pelas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, implicam em não se dobrar de imediato, mas se valer de sua autonomia administrativa, financeira e pedagógica para defender seus princípios, seus propósitos e seus projetos" (p. 22).

4 Perspectivas da política de EJA

A EC 95 de 15 de dezembro de 2016, congelou o orçamento da União, para investimentos em educação, pelo período de 20 anos e trouxe grande preocupação com o futuro da EJA. Neste cenário de incertezas e insegurança que ronda as instituições públicas fez com que fosse observada a visão de perspectiva que os gestores das instituições educacionais vêm pensando.

Eu creio que a perspectiva da educação profissional tem que ser analisada de dois pontos de vista diferentes. O primeiro é que diz respeito à manutenção dos recursos, dos investimentos que as instituições demandam. E a segunda do ponto de vista da necessidade da formação desse quadro de profissionais em curso de formação técnica e tecnológica que as cidades demandam. As cidades, as regiões continuam a demandar profissionais capacitados, treinados, formados em instituições de cunho tecnológico como são os IFs. Para que isso aconteça, por outro lado, para que essa perspectiva se mantenha e o desenvolvimento local e regional, que depende muito da formação de pessoas, da formação de profissionais. Para que ela se mantenha boa, ela vai demandar, dessa outra questão, ela vai precisar, vai ter necessidade que os investimentos e que os recursos aportados a essas instituições continuem mais ou menos aos níveis do que era quando os institutos foram criados. Atualmente o que se percebe é uma redução desses investimentos e uma mudança na política Global, na política maior em relação às escolas, aos Campus. (Gestor 1, grifo nosso)

A perspectiva ela é de muita preocupação, de muita angústia, porque os institutos viveram um período de expansão, onde houve um investimento muito grande. A gente trabalhou muito para isso e como o seu quadro não estava completo ainda, então algumas ações foram planejadas a um prazo um pouquinho maior e com esses cortes orçamentários que vem acontecendo drasticamente desde 2015, 2016, 2017 enfim, e para frente, são 20 anos de congelamento, isso nos assusta porque a gente não sabe como dar conta e cumprir o nosso papel enquanto instituição educadora, formadora. Part: Hoje já tem que pensar redução de material, você tem que se reinventar, então as perspectivas que têm são de desestímulo, são assustadoras no sentido que a gente não sabe o que vai ser do futuro das instituições de ensino. (Gestor 2, grifos nosso)

Bom, depois que a gente sai da gestão tu acaba, também, se desvinculando um pouco do dia a dia mais operacional e também de pensar isso. Tu acaba voltando para sala de aula e muda um pouco a lógica de pensamento. Part: eu acho assim, seria muito importante incentivar a educação profissional e se conseguir trazer esse público para as áreas como na pergunta anterior, para as áreas de realmente interesse deles, talvez com uma participação maior como tinha uma pergunta anterior aí, da classe trabalhadora. (Gestor 3)

Pelo exposto, percebe-se que a preocupação central dos entrevistados está voltada aos cortes orçamentários imposto pelo atual governo e seu congelamento, causando angústias e inquietações do que está por vir. Por outro lado, não foi possível identificar nas conversas com os gestores, outras questões igualmente importantes e preocupantes como, por exemplo, o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Com relação a isso, é importante lembrar que o referido Plano começou a vigorar em 25 de junho de 2014 com a sanção da Lei 13.005, sendo estabelecidas 20 (vinte) metas a alcançar no período máximo de 10 (dez) anos.

Nesse sentido, o maior destaque para esse escrito está na “Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (PNE, 2014). Pela busca realizada no Observatório do PNE[2], cuja última atualização levou em consideração os dados de 2016, esta meta está longe de ser alcançada uma vez que, até aquele ano as matrículas da EJA no ensino fundamental e médio[3], representavam parcos 2,9% e 2,5%, respectivamente.

Portanto, é válida a preocupação dos gestores entrevistados com as restrições orçamentárias que desde já implicam na manutenção das estruturas e ofertas hoje existentes. Porém, não se pode esquecer a totalidade de ações atreladas ao cenário educacional brasileiro que estão aquém das expectativas da oferta de educação integral, emancipatória e de qualidade.

Considerações finais

As percepções expressas pelos entrevistados e as reflexões feitas ao longo deste escrito nos permite dizer que o diretor geral de uma unidade educacional que trabalha com a EJA, mesmo sem atuar em sala de aula, precisa estreitar e aprofundar a relação com a política, a fim de possibilitar um acompanhamento mais efetivo do seu desenvolvimento. Da mesma forma, parece-nos indispensável aclarar a todos os profissionais da educação, o conceito da categoria trabalho pedagógico, pois, confundem-se os significados de trabalho pedagógico, projeto pedagógico e prática pedagógica, que são categorias distintas entre si.

Igualmente é preciso dar maior atenção a política do PROEJA, cuja trajetória traz na bagagem lutas históricas, avanços e retrocessos, frutos de concepções ideológicas de governo que às vezes contempla a participação de estudantes e outras vezes a ignora. Entremeio a esses movimentos estão os avanços da política que, embora modestos, são frutos de intensas lutas sociais e tentativas de superação da dualidade histórica de formação na educação. A formação integral, omnilateral e politécnica dos sujeitos da EJA, perseguida pelos currículos de formação integral é, sem sombra de dúvidas, um avanço a ser considerado. Da mesma forma que o simples fato da EJA ser reconhecida como Política Pública por si só já é um avanço.

Na abordagem dos retrocessos as maiores evidências apontaram para o ano de 2011 com a criação do PRONATEC cuja perspectiva de formação veio na contramão da desenvolvida no PROEJA e a transferência de recursos à iniciativa privada, principalmente o sistema S. Também na via contrária caminhou a promulgação da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que alterou dispositivos da LDB, restringindo a classe trabalhadora o acesso a educação pública de qualidade, além de reduzir consideravelmente a carga horária destinada à formação geral dos sujeitos acentuando, sobremaneira, o caráter dual de outrora:

A divisão em itinerários formativos, nos remete a reforma Capanema (Decreto-Lei nº 4.244/1942), quando o segundo ciclo do ensino secundário ficou dividido em cursos clássico e científico, cada qual preterindo conhecimentos que seriam próprios do outro. A transformação da Educação Profissional, em um dos itinerários, retoma aspectos da Lei nº 5692/1971 de substituição da carga horária do currículo pela formação específica. Como dissemos, a condição de itinerário conferido à Educação Profissional, associada ao seu cumprimento em instituições não escolares, ao aproveitamento de competências e a não obrigatoriedade de formação docente apropriada, separa a Educação Profissional da Educação Básica, realizando o intento do Decreto nº 2.208/1997. (RAMOS, 2017, p. 38).

Frente ao que disse a autora, o maior retrocesso é a tendência de voltar no tempo, de regredir ao século XIX, “[...] quando a classe trabalhadora deveria receber educação somente em doses homeopáticas”, desconstruindo o pouco que se avançou até agora no sentido de formação integral dos sujeitos. (RAMOS, 2017, p. 42). Contudo, o cenário desolador dos retrocessos não parou por aí. Há de se somar as terríveis consequências trazidas pela EC 95/16 que, juntamente com as reformas trabalhistas e da previdência pretendem aniquilar a educação Brasileira.

Por fim, as incertezas do que em breve enfrentaremos com todas essas mudanças, reafirma a convicção de que resistir é preciso para que a hegemonia não nos torne partícipes das barbáries que pretende realizar.

Referências

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação de jovens e adultos**. Parecer 11/2000. Brasília, 2000.

_____. **Documento Base PROEJA Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental** Brasília: MEC, 2007.

_____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

_____. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Projeja. Brasília, DF.

_____. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das disposições constitucionais, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 26 mar 2018.

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 mar 2018.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 26 mar 2018.

_____. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 26 mar 2018.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 26 mar 2018.

_____. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em 26 mar 2018.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base PROEJA – Ensino Médio**.

Brasília: MEC, 2009.

FERREIRA, Liliانا Soares. Trabalho pedagógico na escola: o que se fala?. In:**Educação e Realidade**, Porto Alegre, v 43, n 2, p. 591-608, abr/jun 2018. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/64319>>. Acesso em: 12 mar 2018.

FERREIRA, Liliانا Soares; MARASCHIN, Mariglei Severo. Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: histórico e perspectivas. In: 38ª REUNIÃO NACIONAL ANPEd, 01-05, out 2017, São Luiz, MA. **Anais eletrônico...** Salvador: ANPEd, 2017. Disponível em:<http://anais.anped.org.br/p/38reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=37>. Acesso em: 16 mar 2018.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos após 20 anos da lei 9.394, de 1996. In:**Revista Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em:<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/687/706>>. Acesso em: 03 abr 2018.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das Disputas**: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora? Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2015.

RAMOS, Marise. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In:**Ensino médio integrado no Brasil**, práticas e desafios. ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (orgs). Brasília: Ed. IFB, 2017.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2010.

[1] Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da LDB 9.394/1996; Decreto 5.840/06 institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), e dá outras providências; Lei 11.741/08 altera dispositivos da LDB 9.394/1996, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica; Lei 13.415/18 altera a LDB 9.394/1996, com relação aos arts. 24, 26, 36, 44, 61, 62 e inclui o art. 35-A, todos no que se referem ao ensino médio e Base Nacional Comum Curricular; Lei 13.632/18 - Altera a da LDB 9.394/1996, para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

[2] Plataforma online que monitora os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias, oferece análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e as que serão implementadas.

[3] Dados do Observatório do PNE, disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional> >. Acesso em : 23 mar 2018.

